



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL
NO RIO DE JANEIRO.

Ref.:

Processo Administrativo nº 08455.020807/2025-99

Pregão Eletrônico nº 90021/2025

ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI. – EM RECUPERAÇÃO

JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.372.304/0001-78, com sede na Rua Vieira Ferreira, nº 143, Bonsucesso, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.040-290, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, por intermédio de seu representante legal, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que declarou habilitada a empresa licitante **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, o que o faz pelas pontuais razões de fato e fundamentos jurídicos a seguir apresentados.

Importa destacar, por extrema cautela, que o presente Recurso não possui qualquer cunho procrastinatório. Ao revés, possui o evidente caráter de imprimir efeito modificativo à decisão do I. Pregoeiro, concretizando o direito fundamental de ampla defesa e contraditório da empresa licitante, ora Recorrente.

I – DA NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DA EMPRESA VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA POR DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL N.º 90021/2025.

Merece reforma a r. decisão que declarou habilitada a empresa licitante **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, considerando que esta não atendeu todas as exigências previstas no Edital acima referenciado, conforme será demonstrado, de forma pormenorizada, a seguir:



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



A presente licitação tem como objeto o fornecimento de serviço Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de vigilância, operador de telemarketing, carregador, motorista, conferente, projetista de civil, elétrica e arquitetura, técnicos de química, contabilidade, obras civis, meio ambiente e geologia, copeiragem, recepção, supervisão e tratador de cães, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em atendimento às necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio de Janeiro e unidades descentralizadas, sendo certo de que o **Item 1** refere-se exclusivamente a contratação de serviços contínuos de vigilância.

Conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar nº 46/2025, para o Grupo 1, item 1 – vigilância, foi estimado o valor mensal de R\$ 488.598,44, para 12 (doze) meses de R\$ 5.863.181,28 e para 30 (trinta) meses, R\$ 14.567.953,20

A Proposta apresentada pela empresa **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA** foi no valor mensal de R\$ 377.367,18 enquanto que da segunda colocada, Angels' Segurança e Vigilância Eireli – Em Recuperação Judicial, foi de R\$ 383.435,26, conforme quadro abaixo:

Minha proposta	Todas as propostas		
10.380.412/0001-...	VIGFAT VIGILANCIA P... RJ	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 377.367,1800 -
03.372.304/0001-...	ANGEL'S SEGURANCA... RJ	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 383.435,2600 -

Todas as empresas participantes da presente licitação devem respeitar o disposto na estimativa acima destacada, considerando todas as composições, ou seja, o valor do salário base, benefícios sociais, vale alimentação, vale transporte, ISS, adicional de periculosidade, PIS e COFINS, materiais, uniformes, e equipamentos, os quais foram devidamente estimados pela Administração Pública, tendo como suficientes para a execução dos serviços propostos.

Ocorre que a empresa **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA** ao apresentar a planilha final ao último valor do lance, não seguiu o que encontrava-se previsto



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



na estimativa de custos elaborada pela Administração Pública, conforme demonstraremos à seguir.

Em mensagem do pregoeiro, deixa evidente descumprimento à regra do edital, senão vejamos:

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Sr. Fornecedor VIGFAT VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 10.380.412/0001-58, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:55:00 do dia 16/01/2026. Justificativa: Alteração e correção da proposta conforme manifestação do setor técnico transcrita na ferramenta chat..

Enviada em 16/01/2026 às 15:54:40h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 10.380.412/0001-58 - Abriremos o anexo para a apresentação da planilha corrigida

Enviada em 16/01/2026 às 15:53:49h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 10.380.412/0001-58 - Da forma que está apresentada, a proposta não atende, conforme a manifestação do setor técnico. PORÉM, conforme previsão no edital, a planilha é passível de correção.

Enviada em 16/01/2026 às 15:52:32h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 10.380.412/0001-58 - "1.2. Assim, a proposta não atende às exigências do certame."

Enviada em 16/01/2026 às 15:51:52h



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 10.380.412/0001-58 - "1.1.6. Em comparação com a Planilha de custos e formação de preços (142835633), na aba "Postos - Item 01", percebeu-se que a LICITANTE reduziu o percentual da alínea "E", do "MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO", o que impacta diretamente no valor a ser depositado na CONTA VINCULADA.(...)

Enviada em 16/01/2026 às 15:48:40h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 10.380.412/0001-58 - "1.1.5.1. O VALOR DA REMUNERAÇÃO é base para demais composição de custos, logo, a supressão dita acima impacta nos demais módulos da proposta da Licitante. (...)

Enviada em 16/01/2026 às 15:48:07h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 10.380.412/0001-58 - " 1.1.5 Em comparação com a Planilha de custos e formação de preços (142835633), na aba "Postos - Item 01", percebeu-se que a LICITANTE não preencheu a alínea "F" do "MÓDULO 1 - Composição da Remuneração", de maneira a suprimir o "Desconto PAT (20% sobre o vale alimentação - VIGILANTES)", o que acarretou no VALOR DA REMUNERAÇÃO maior do que o orçado pela Administração. (...)

Enviada em 16/01/2026 às 15:47:36h



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 10.380.412/0001-58 - "1.1.4. Lembrando que a remuneração e benefícios do trabalhador não são objetos de disputa, logo, as LICITANTES devem seguir o valor orçado pela Administração.(...)

Enviada em 16/01/2026 às 15:47:02h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 10.380.412/0001-58 - "1.1.3. Em comparação com a Planilha de custos e formação de preços (142835633), na aba "VL. Refeição e Cesta Básica", percebeu-se que a LICITANTE não seguiu a memória de cálculo da célula "C9", de maneira a não manter o valor orçado pela Administração.(...)

Enviada em 16/01/2026 às 15:46:42h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 10.380.412/0001-58 - "1.1.2. Na aba "Uniformes e equip. - Item 01", a LICITANTE não apresentou em sua proposta o material previsto no subitem 1.8.1.4. do Anexo VIII - Vigilantes (142066005), no caso, a capa-de-chuva. (...)

Enviada em 16/01/2026 às 15:46:22h



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 10.380.412/0001-58 - "Na aba "Vale Transporte", a LICITANTE não cumpriu o paradigma da alínea "c", do subitem 1.11. do Anexo VIII - Vigilantes (142066005), uma vez que o valor unitário das passagens para a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro está abaixo do valor do Bilhete Único Intermunicipal, conforme a Lei Estadual nº 5.628/2009 e orçado pela Administração.(...)

Enviada em 16/01/2026 às 15:46:04h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 10.380.412/0001-58 - Senhor licitante, recebemos a manifestação do setor técnico que recomendou os seguintes apontamentos:

Enviada em 16/01/2026 às 15:45:10h

Veja que foram apontados pelo "setor técnico" diversas discrepâncias, as quais descrevemos a seguir:

Vale Transporte:

A empresa VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA desconsiderou o estudo técnico realizado pela Administração Pública onde foram considerados todos os deslocamentos dos colaboradores e ao invés de utilizar o valor do vale transporte do bilhete único intermunicipal, foi utilizado o valor do bilhete municipal ou seja, ao invés de utilizar R\$ 8,55 utilizou 5,00, limitando assim contratação de colaboradores que utilizam transporte com valores diferenciados ao do Município do Rio de Janeiro, vedando assim a contratação de colaboradores que residam na região metropolitana do rio de janeiro e seus limítrofes.



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



Vale Refeição e Cesta Básica:

Conforme descrito na mensagem do pregoeiro, foi apontada pela área técnica que a empresa **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA** desconsiderou os cálculos que foram utilizados para obtenção do valor estimado da licitação, fazendo com o que o valor obtido pela empresa VIGFAT fosse inferior ao do estimado.

Ex: Posto 12x36 diurno/noturno:

Valor estimado: R\$ 463,80

Valor apresentado pela VIGFAT: R\$ 454,20

Há de se observar que o colaborador irá receber valor inferior ao orçado.

Alínea “E” do Módulo 3 – Provisão para Rescisão (Aviso Prévio

Trabalhado:

Conforme disposto no Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487, 488 e 491 CLT, o empregado recebe o salário integral e tem direito a 7 (sete) dias de licença para procurar emprego. O que se provisiona aqui não é o valor dos 30 (trinta) dias do aviso prévio porque este já está dentro da remuneração normal contida na planilha, mas o valor do custo dos 7 (sete) dias que deverá ser coberto por outro empregado. Fórmula aplicada: $(7/30/12) = 1,94\%$

Ocorre que a empresa **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA** considerou apenas 10% (dez) por cento dessa rubrica (0,0194%), prejudicando assim o recolhimento do valor da conta vinculada, que prevê em seu primeiro ano o percentual de 1,94% mensal.

Conforme disposto no Anexo XII da IN 05/2017, a contratada deverá realizar mensalmente o depósito, através de conta-depósito vinculada e bloqueada para movimentação, referente aos percentuais definidos na tabela do item 14 do referido anexo, totalizando o percentual de 4,00% (quatro por cento) no somatório da “Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizados e Trabalhados”, uma vez que a Medida Provisória nº 905/2019 de 12.11.2019 extinguiu o percentual de 10% da multa sobre o FGTS, no caso de rescisão sem justa causa.



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



Tendo em vista que a empresa **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA** apresentou percentual de apenas 0,0194% restou prejudicado o valor para recolhimento do depósito em conta vinculada.

Conforme disposto no item 7.86 do Termo de Referência, fazem parte integrante do Edital n.º 90021/2025 todos os anexos que trata sobre a autorização para criação de Conta Depósito em garantia a conta vinculada, conforme disposto no Anexo XII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 25 de maio de 2017.

Importante destacar o que prevê o artigo 14 do Anexo XII da IN 05/2017:

“ANEXO XII CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

1. As provisões realizadas pela Administração contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas de que trata este Anexo, em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão de obra, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas pela Administração em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço.

2. O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



3. A movimentação da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade contratante e será feita exclusivamente para o pagamento das obrigações previstas no item 2 acima.

4. O órgão ou entidade contratante deverá firmar Termo de Cooperação Técnica, conforme modelo do Anexo XII-A deste Anexo, com Instituição Financeira, cuja minuta constituir-se-á anexo do ato convocatório, o qual determinará os termos para a abertura da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação e as condições de sua movimentação.

4.1. O Termo de Cooperação Técnica poderá ser ajustado às peculiaridades dos serviços, objeto do Contrato Administrativo, e/ou aos procedimentos internos da Instituição Financeira, nos termos deste Anexo.

5. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o órgão ou entidade contratante e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

5.1. Solicitação do órgão ou entidade contratante, mediante ofício, de abertura da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, conforme disposto nos itens 1, 2 e 3 deste Anexo;

5.2. Assinatura, pela empresa a ser contratada, no ato da regularização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, de termo de autorização que permita ao órgão ou entidade contratante ter acesso aos saldos e aos extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados mediante autorização do órgão contratante, conforme o Anexo XII-A deste Anexo.

6. O saldo da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido no respectivo Termo de Cooperação Técnica.

6.1. Eventual alteração da forma de correção da poupança



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item 2 acima, retidos por meio da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

8. Os editais deverão conter expressamente as regras previstas neste Anexo e documento de autorização para a criação da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, que deverá ser assinado pela contratada, nos termos dos subitens 1.2 a 1.6 do Anexo VII-B desta Instrução Normativa.

9. Os órgãos ou entidades da Administração Pública poderão negociar com a Instituição Financeira, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para abertura e movimentação da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação.

10. Os editais deverão informar aos proponentes que, em caso de cobrança de tarifa bancária para operacionalização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

10.1. Os recursos atinentes à cobrança de tarifa bancária para operacionalização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação poderão ser previstos na proposta da licitante.

10.2. Os editais deverão informar o valor total/global ou estimado das tarifas bancárias de modo que tal parcela possa constar da planilha de custos e formação de preços apresentada pelos proponentes.

11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos no item 2 deste Anexo ou de eventuais indenizações trabalhistas aos



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

11.1. Para a liberação dos recursos em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

11.2. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o órgão ou entidade contratante expedirá a autorização para a movimentação dos recursos creditados em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação e a encaminhará à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

11.3. A autorização de que trata o subitem 11.2 acima deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

12. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

13. A Administração poderá utilizar como referência para fins de provisão dos encargos sociais e trabalhistas o modelo de planilha disponível no Portal de Compras do Governo Federal (Compras Governamentais), devendo adaptá-lo às especificidades dos serviços a ser contratados.



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



14. Os valores provisionados para atendimento do item 2 deste Anexo serão discriminados conforme tabela a seguir:

**RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS
PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO**

ITEM

13º (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00 % (cinco por cento)		
Subtotal	25,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (sete vírgula seis por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento)
Total	32,82% (trinta e dois vírgula oitenta e dois por cento)	33,03% (trinta e três vírgula zero três por cento)	33,25% (trinta e três vírgula vinte e cinco por cento)

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

15. O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

Como se vê, de acordo com todo o acima exposto, as planilhas de custos e formação de preços apresentadas pela empresa **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA** encontram-se em total desconformidade com as exigências previstas no Edital n.º



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



90021/2025, prejudicando o recolhimento dos valores determinados na IN 05/2017 para conta depósito vinculada.

Assim, a habilitação da referida empresa no certame, sem o atendimento de requisitos essenciais, enseja sua inabilitação imediata, sob pena de ofensa aos princípios da legalidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

Vale registrar, inclusive, que todas as desconformidades apontadas pela Recorrente ultrapassam a hipótese de serem considerados meros erros ou falhas.

As falhas apontadas acima são suficientes, por si só, para ensejar a inabilitação desta empresa na presente licitação.

Apesar de o pregoeiro ter solicitado os ajustes apontados pelo Setor Técnico, a empresa **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA** não encaminhou as planilhas com os devidos ajustes, limitando-se a encaminhar apenas uma carta explicativa.

Considerando todos os argumentos expostos até então, não restam dúvidas de que a empresa **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA** está em desacordo com as exigências previstas no Edital de licitação, o que não pode prevalecer.

Resta, portanto, amplamente demonstrado que a empresa **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA** deixou de atender ao Edital em seus itens acima citados, além de apresentar precificação diversa ao que foi solicitado no Edital n.º 90021/2025 e anexos. Os valores apresentados para todas as planilhas de custos estão incorretos, tornando a planilha apresentada pela referida empresa inexecutável.

O Edital é, portanto, a peça basilar do certame, onde estão contidas suas regras e no qual se vinculam tanto a Administração Pública quanto os licitantes, constituindo-se norma pré-existente entre os dois sujeitos da relação Editalícia.

O direito de licitar, por sua vez, está condicionado aos requisitos legais e editalícios, destinado a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, sendo processado em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



E como a empresa VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA deixou de cumprir o que determina o Edital n.º 90021/2025, esta deverá ser inabilitada, sob pena de violação aos princípios da isonomia, da legalidade e o da vinculação ao instrumento convocatório, além de configurar-se cerceio à competitividade do certame, sendo a desclassificação desta referida licitante medida emergente que deve ser adotada pelo ilustre Pregoeiro, o que, desde já, se requer.

Importante frisar, por último, que o i. Pregoeiro deverá analisar e levar em consideração os fatos e fundamentos jurídicos ora apresentados pela empresa Recorrente, sendo necessário que se atenha a importância da motivação do ato administrativo quando do julgamento do presente Recurso Administrativo, a fim de obter-se uma entrega de prestação jurisdicional plena, e conferir aos licitantes – no caso, a ora Recorrente - o direito ao contraditório e à ampla defesa, que tem supedâneo no art. 5º, incisos LIV e LV da Constituição da República.

Sobre o tema, a Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, no art. 50, estabelece:

Art. 50. Os atos administrativos **deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos**, quando:

- I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;
- II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;
- III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;
- IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;
- V - **decidam recursos administrativos**;
- VI - decorram de reexame de ofício;
- VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;
- VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

§ 1º **A motivação deve ser explícita, clara e congruente**, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2º Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.

§ 3º A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito (Lei n. 9.784, de 1999).

Assim, espera e confia a Recorrente que a decisão que declarou habilitada a empresa licitante **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA** será revogada, por não ter cumprido o que determina o Edital n.º 90021/2025, conforme pormenorizado nas presentes razões recursais.

II – DOS PEDIDOS.

Face ao todo exposto, pugna a Recorrente pelo **PROVIMENTO** de seu **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com a consequente desclassificação e/ou inabilitação da licitante **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, por não ter atendido todas as exigências do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2025, conforme fatos e fundamentos jurídicos acima expostos.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2026.

ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Luiz Antônio Barbosa
Procurador



RUA VIEIRA FERREIRA, 143 -
BONSUCESSO | CEP: 21040-290



(21) 2209-2350 | RAMAL 2356 (COMERCIAL)



COMERCIAL@ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



ANGELSVIGILANCIA.COM.BR



C.I. nº 06257205-2 IFP/RJ
CPF 796.346.057-53

